



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2024

1 - O **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG**, através deste procedimento, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, e suas alterações, e do Decreto nº 1.253, de 06 de março de 2023, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que está procedendo com o edital de CHAMAMENTO PÚBLICO, a partir das 08hrs do dia 20 de agosto de 2024, para fins de **CREDENCIAMENTO DE CLÍNICA MÉDICA OU COMUNIDADE TERAPÊUTICA ESPECIALIZADA EM REABILITAÇÃO DE PORTADORES DE TRANSTORNOS PSÍQUICOS, MENTAIS, DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ÁLCOOL, PARA TRATAMENTO VOLUNTÁRIO, INVOLUNTÁRIO E COMPULSÓRIO EM ADOLESCENTES, ADULTOS E TERCEIRA IDADE, CONFORME ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento de clínica médica ou comunidade terapêutica especializada em reabilitação de portadores de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool, para tratamento voluntário, involuntário e compulsório em adolescentes, adultos e terceira idade, conforme estabelecido no termo de referência em anexo, visando atender as demandas da administração municipal.

2. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

2.1. Os interessados no credenciamento de que trata este edital deverão apresentar requerimento próprio à Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, acompanhado dos seguintes documentos:

2.1.1. DA HABILITAÇÃO FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
- c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa; da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.
- g) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta/>);
- h) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

i) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0;);

2.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Documento de Identificação válido em Território Nacional do representante legal da empresa;
- b) Cópia do Registro comercial, no caso de empresa individual; **OU**
- c) Cópia do Ato constitutivo, estatuto, contrato social e alterações em vigor ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; **OU**
- d) Cópia do Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuído da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; **OU**
- b) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando o CNPJ da empresa e o nome do representante legal ou procurador, atestando que a empresa executou a prestação de serviço similar ao objeto do credenciamento, referente aos itens aos quais a empresa solicitar o credenciamento.

2.1.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal. (Modelo do Anexo V).
- b) Declaração de atendimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social. (Modelo do Anexo IV). – **Quando Aplicável**
- c) declaração de não parentesco (Modelo do Anexo VI);
- d) Solicitação de Credenciamento. (Modelo do Anexo III);
- e) Registro atual e válido no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- f) Licença de Funcionamento ou Alvará de Funcionamento, do estabelecimento onde serão prestados os serviços;
- g) Alvará do Corpo de Bombeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

h) Comprovação de que possui equipe multidisciplinar composta de, no mínimo, 01 médico psiquiatra, 01 psicólogo, 01 enfermeiro, 01 assistente social, mediante apresentação de registro na CTPS ou contrato de prestação de serviço com a Contratada;

i) Indicação do responsável técnico com registro na entidade profissional;

j) Declaração de cumprimento à RDC\ANVISA nº 101, de 30/05/2001;

k) Indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da participante, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Credenciamento.

2.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Estarão credenciados todos os licitantes que cumprirem as condições de habilitação estipuladas na cláusula segunda deste Edital.

4. HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

4.1. Serão descredenciados os licitantes que:

4.1.1. Descumprirem quaisquer das cláusulas estipuladas no Termo de Credenciamento a ser celebrado.

4.1.2. Não mantiverem as condições de habilitação exigidas para o credenciamento.

5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. Não poderão ser credenciadas empresas declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública ou suspensas temporariamente pela Administração Municipal.

5.2. É vedado a participação de empresas em consórcio.

6. DO RECURSO

6.1. Contra o deferimento ou indeferimento do credenciamento, caberá recurso dirigido, por intermédio da comissão julgadora do credenciamento, após juízo de reconsideração, ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

6.2. O recurso, sob pena de inadmissibilidade, deverá ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis contados da decisão recorrida.

6.3. Para efeitos de contagem do prazo previsto no item anterior, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

6.4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia que não houver expediente na repartição competente ou se este se encerrar mais cedo do que de costume.

7. DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Os deferimentos de credenciamento serão submetidos à homologação pela Secretaria de Administração e Planejamento.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os credenciados receberão pela prestação dos serviços os valores descritos no Anexo II deste edital.

8.2. Os credenciados atenderão o Município em sistema de rodízio, mediante prévia solicitação das Secretarias Municipais.

8.3. A administração pública receberá o rodízio em ordem cronológica de credenciamento.

8.4. Poderá ser utilizado o critério de disponibilidade do prestador do serviço em atender a demanda da Administração mediante consulta direta com o prestador, através do setor de frotas.

9. DA RESCISÃO

9.1. O presente TERMO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas atinentes a este processo correrão às contas das seguintes dotações orçamentárias específicas do orçamento de 2024 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

02.06.02.08.244.0801.2056 – 3.3.90.32.00, ficha 479

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do chamamento público obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site <https://www.bonfinopolis.mg.gov.br/editais2024>, bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

11.2. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com.



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

11.3. As respostas às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail, ou disponibilizada no site <https://www.bonfinopolis.mg.gov.br/editais2024>, ficando acessíveis a todos os interessados.

12. RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Termo de Referência

Anexo III – Requerimento para inscrição no credenciamento e declaração de capacidade de atendimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Anexo V – Modelo de Declaração de Atendimento às Exigências de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social;

Anexo VI - Termo de Credenciamento

Anexo VII – Modelo de Proposta

Bonfinópolis de Minas-MG, 16 de agosto de 2024.

Nilvésia Aparecida Luiz Brandão

Secretária Municipal de Saúde

Matrícula: 1005-7



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO:

1.1. Credenciamento de clínica médica ou comunidade terapêutica especializada em reabilitação de portadores de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool, para tratamento voluntário, involuntário e compulsório em adolescentes, adultos e terceira idade, conforme estabelecido no termo de referência em anexo, visando atender as demandas da administração municipal.

Modalidade: Credenciamento, conforme art. 78, I e art. 79, I, ambos, da Lei 14.133/2021.

2.DESCRICÃO DETALHADA:

2.1. Aquisição dos serviços e quantidades descritas abaixo:

| ITEM | QTDE | UNID. MED. | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. (R\$) MENSAL |
|------|----------|---------------|--|-----------------------------|
| 1. | 20 vagas | serviço | Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino. | R\$2.700,00 |
| 2. | 10 vagas | serviço | Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino. | R\$3.000,00 |
| 3. | 05 vagas | serviço | Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adolescentes do sexo masculino. | R\$7.000,00 |
| 4. | 05 vagas | serviço | Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adolescentes do sexo feminino. | R\$9.000,00 |
| 5. | 20 vagas | serviço | Prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino. | R\$5.000,00 |
| 6. | 20 vagas | serviço | Prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino. | R\$5.000,00 |
| 7. | km | serviço | Prestação de serviços de transporte de pacientes compulsório/involuntário para tratamento de dependência química/psiquiátrico para internação. | R\$3,65 |

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

3.1. A contratação mostra-se necessária considerando o fato de o Município não contar com estrutura física e nem recursos humanos para atender aos serviços de internação para tratamento e recuperação dos dependentes químicos, que necessita de espaço físico adequado e equipe multidisciplinar, composta por médico clínico/psiquiátrico, enfermeiros, psicólogos, coordenadores, assistente social, terapeutas e monitores. Os serviços contratados irão contribuir para com a execução, manutenção e melhoramento das políticas públicas de saúde, notadamente considerando-se que a Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Saúde, que compreende as estratégias e diretrizes adotadas pelos entes para organizar a assistência às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em saúde mental, abrangendo dentre eles o tratamento e recuperação de pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas.

Vale dizer que mesmo com o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo CAPS, o Município de Bonfinópolis de Minas não possui em sua estrutura, instituição especializada no tratamento de dependentes de substâncias psicoativas e pacientes com transtornos mentais. Sendo assim, torna-se imprescindível e vantajoso para a Administração a contratação deste objeto como medida a ter sua necessidade suprida conforme surgimento de demanda, fazendo com que tenhamos elevado nível de eficiência e gestão pública.

Da escolha da Modalidade Credenciamento:

3.2. Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, fora adotado o credenciamento, que traz maior celeridade para aquisição, bem como visa permitir o maior número de prestadores de serviços para internação e reabilitação de portadores de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool, ampliando o rol de prestação de serviços a seus munícipes. Importante frisar que existe a necessidade de internação de adultos e adolescentes de ambos os sexos e os estabelecimentos de saúde nem sempre atendem a todos os públicos, o que ao se limitar à contratação de somente um prestador de serviços acarretaria em prejuízo para a Administração Pública Municipal.

Assim, o sistema de credenciamento permite que todos os interessados que atendam às condições e qualificações técnicas conforme as normas estabelecidas pela Municipalidade, mostrando-se como medida mais adequada as necessidades do Município de Bonfinópolis de Minas.

4. FORMA, PRAZO E LOCAL:

a. A contratada deverá realizar a remoção do paciente no domicílio em veículo do tipo ambulância simples acompanhada de profissional da clínica, em ação conjunta com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município.

b. No estabelecimento deverá dispor de alojamento, cama e banheiro para o/a paciente e ofertar pelo menos 4 refeições diárias.

c. A alimentação deve ser de boa qualidade.

d. O acompanhamento do paciente deverá ser realizado por equipe técnica multidisciplinar que elaborará e discutirá Projeto Terapêutico Singular para melhor condução do tratamento.



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

- e. Enviar mensalmente e/ou sempre que solicitado, relatórios de acompanhamento interno.
- f. Permitir a visita de familiares, quando estes solicitarem.
- g. Quando da alta do paciente, o estabelecimento deverá informar ao CAPS para que seja providenciado o retorno do paciente ao domicílio de origem.

5. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1.O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsáveis:

GESTORES DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

Nome: Nilvésia Aparecida Luiz Brandão
Cargo: Secretária Municipal de Saúde
Matricula: 1005-7
Email: sec.saude@bonfinopolis.mg.gov.br

FISCAIS DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

Nome: Eliene Aparecida Rodrigues Alves
Cargo: Agente Comunitário de Saúde
Matricula: 1169-8
Email: elienearb1983@gmail.com

a. Compete ao Gestor de Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termo aditivos, etc.

b. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

c. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

d. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.



6 - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Obrigações do Fornecedor/Prestador de Serviço:

As empresas interessadas em se credenciar para a prestação de serviços deverão atender às seguintes exigências:

- a) Executar os serviços segundo as especificações e determinações da Administração;
- b) Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.
- c) Prestar com pontualidade os serviços solicitados.
- d) A empresa credenciada obriga-se em caso de qualquer impedimento, a providenciar a realização do serviço, ficando de tal modo convencionado que, em nenhuma hipótese, o serviço deixará de ser realizado na forma estabelecida.
- f) O prazo máximo para o início dos serviços é de 01 (um) dia após a solicitação por escrito da Administração Municipal;
- g) A empresa credenciada assume a integral responsabilidade por danos causados à Prefeitura Municipal ou a terceiros decorrentes da prestação de serviço;
- h) Prestar diretamente os serviços, vedada a terceirização, salvo no caso de exames laboratoriais ou outro procedimento clínico subsidiário inerente à terapêutica adotada;
- i) Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento;
- j) Manter equipe multidisciplinar, garantindo equipe de enfermagem 24 horas por dia;
- k) Possuir condições de atender pacientes pós crise/surto, oferecendo condições de se manter fora da tutela da comunidade terapêutica para prosseguimento nos CAPS ou ambulatório;
- l) Oferecer tratamento considerando a ocorrência de comorbidades seja psiquiátrica ou dos sintomas decorrentes do uso de substâncias psicoativas;
- m) Fornecer os medicamentos específicos ao tratamento de transtornos mentais e da dependência de substâncias psicoativas;
- n) Realizar, durante a internação, exames complementares que forem necessários;
- o) Prestar assistência clínica e médico psiquiátrico sempre que necessária;
- p) Garantir a troca de informações entre os integrantes da comunidade terapêutica e/ou clínica e a Secretaria Municipal de Saúde;
- q) Fornecer atendimento psicoterápico aos pacientes;
- r) Promover a orientação multiprofissional à família do paciente;
- s) Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- t) Atender à solicitação de internação, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
- u) Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando de intercorrências médicas;
- v) Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;
- w) O prazo de internação deverá corresponder ao estabelecido pela equipe médica responsável pelo paciente, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, podendo o prazo ser alterado, se necessário, conforme a reversibilidade ou não do quadro de doença que motivou a internação. As alterações nos prazos serão determinadas em conjunto com avaliação médica e/ou da equipe interdisciplinar da comunidade terapêutica referenciada e Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

- x) Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
- y) Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendida as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, sociais, tributáveis, previdenciárias fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;
- z) Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço, impostos, taxas, contribuições fiscais previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas que houver, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no edital;
- a.a) Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena, de incidência de sanções administrativas previstas neste instrumento, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;
- a.b) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório desse contrato.
- a.c) Efetuar o transporte de ida para o tratamento.

6. 2. Obrigações da Contratante

- a) Emitir os comunicados solicitando os serviços;
- b) Fazer o controle dos serviços prestados;
- c) Efetuar o pagamento no prazo estabelecido.
- d) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.
- e) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Notificar a CONTRATADA/DETENTORA, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

7. SANÇÕES APLICÁVEIS:

7.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao credenciado, regulamentados no Decreto Municipal nº 1.332, de 10 de janeiro de 2024.

8. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:



CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

8.1. TIPO DE CONTRATAÇÃO:

a) Credenciamento

9. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:

a) O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de até (30) trinta dias corridos, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas Fiscais, devidamente conferidas e aprovadas pelo Contratante.

b) O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato. c. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

c) Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, o número da ordem de fornecimento referente ao produto e o número do empenho, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

d) Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

e) É vedado, ao promitente fornecedor, transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

f) Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

11.1. O contrato ou instrumento oriundo deste credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105, da Lei Federal nº 14.133/21.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes desta licitação ocorrerão por conta da seguinte dotação orçamentária e suas correspondentes do o exercício subsequente:

02.06.02.08.244.0801.2056 – 3.3.90.32.00, ficha 479

Bonfinópolis de Minas-MG, 08 de agosto de 2024.

Nilvésia Aparecida Luiz Brandão

Secretária Municipal de Saúde

Matrícula: 1005-7



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

ANEXO VI MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO – CONTRATO Nº 000/2024

PROCESSO LICITATÓRIO 057/2024 CREDENCIAMENTO 022/2024

Pelo presente instrumento particular, **O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Argemiro Borges da Silva, nº 870, Centro, Bonfinópolis de Minas - Minas Gerais, CEP. 38.650-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.125.138/0001-82, neste ato representado pelo seu atual Prefeito, SR. **MANOEL DA COSTA LIMA**, brasileiro, agente político, portador do CPF nº 782.088.316-20, residente e domiciliado Avenida Aristides Leão, nº290, bairro Arrozal, Bonfinópolis de Minas – MG, CEP. 38.650-000, doravante denominado **CREDENCIANTE** e, de outro lado, a empresa **XXX** inscrita no **CNPJ/CPF** sob o nº **XXX**, estabelecida na XXX neste ato representado por **XXX** inscrito no CPF XXX e RGXXXX residente e domiciliado na XXXXX, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADA**, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A credenciada compromete-se a disponibilizar aos pacientes, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, que necessitam de **tratamento e reabilitação em decorrência de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool, para tratamento voluntário, involuntário e compulsório em adolescentes, adultos e terceira idade**, conforme estabelecido no Termo de Referência do Processo de Credenciamento nº 022/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de até (30) trinta dias corridos, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas Fiscais, devidamente conferidas e aprovadas pelo Contratante.

2.2. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.

2.3. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

2.4. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, o número da ordem de fornecimento referente ao produto e o número do empenho, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

2.5. Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

2.6. É vedado, ao promitente fornecedor, transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

2.7. Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente credenciamento terá vigência até 00/00/0000 a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais, por interesse da administração, se houver interesse de ambas as partes, até o limite estabelecido pelo artigo 106 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

4.1. Constituem obrigações da CREDENCIADA, além das naturalmente constantes do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência:

- 4.1.1. Executar os serviços segundo as especificações e determinações da Administração;
- 4.1.2. Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.
- 4.1.3. Prestar com pontualidade os serviços solicitados.
- 4.1.4. A empresa credenciada obriga-se em caso de qualquer impedimento, a providenciar a realização do serviço, ficando de tal modo convencionado que, em nenhuma hipótese, o serviço deixará de ser realizado na forma estabelecida.
- 4.1.5. O prazo máximo para o início dos serviços é de 01 (um) dia após a solicitação por escrito da Administração Municipal;
- 4.1.6. A empresa credenciada assume a integral responsabilidade por danos causados à Prefeitura Municipal ou a terceiros decorrentes da prestação de serviço;
- 4.1.7. Prestar diretamente os serviços, vedada a terceirização, salvo no caso de exames laboratoriais ou outro procedimento clínico subsidiário inerente à terapêutica adotada;
- 4.1.8. Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento;
- 4.1.9. Manter equipe multidisciplinar, garantindo equipe de enfermagem 24 horas por dia;
- 4.1.10. Possuir condições de atender pacientes pós crise/surto, oferecendo condições de se manter fora da tutela da comunidade terapêutica para prosseguimento nos CAPS ou ambulatório;
- 4.1.11. Oferecer tratamento considerando a ocorrência de comorbidades seja psiquiátrica ou dos sintomas decorrentes do uso de substâncias psicoativas;
- 4.1.12. Fornecer os medicamentos específicos ao tratamento de transtornos mentais e da dependência de substâncias psicoativas;
- 4.1.13. Realizar, durante a internação, exames complementares que forem necessários;
- 4.1.14. Prestar assistência clínica e médico psiquiátrico sempre que necessária;
- 4.1.15. Garantir a troca de informações entre os integrantes da comunidade terapêutica e a Secretaria Municipal de Saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

- 4.1.16. Fornecer atendimento psicoterápico aos pacientes;
 - 4.1.17. Promover a orientação multiprofissional à família do paciente;
 - 4.1.18. Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pela Secretaria Municipal de Saúde;
 - 4.1.19. Atender à solicitação de internação, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
 - 4.1.20. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando de intercorrências médicas;
 - 4.1.21. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;
 - 4.1.22. O prazo de internação deverá corresponder ao estabelecido pela equipe médica responsável pelo paciente, em comum acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, podendo o prazo ser alterado, se necessário, conforme a reversibilidade ou não do quadro de doença que motivou a internação. As alterações nos prazos serão determinadas em conjunto com avaliação médica e/ou da equipe interdisciplinar da comunidade terapêutica referenciada e Secretaria Municipal de Saúde.
 - 4.1.23. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis;
 - 4.1.24. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra especializada, atendida as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, sociais, tributáveis, previdenciárias fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;
 - 4.1.25. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: emolumentos prescritos e que digam respeito ao serviço, impostos, taxas, contribuições fiscais previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, enfim, por todas que houver, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no edital;
 - 4.1.26. Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena, de incidência de sanções administrativas previstas neste instrumento, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;
 - 4.1.27. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório desse contrato.
 - 4.1.28. Efetuar o transporte de ida para o tratamento e de retorno após a finalização do mesmo para a sede do município.
- 4.2. A **CREDENCIADA** deverá realizar a remoção do paciente no domicílio em veículo do tipo ambulância simples acompanhada de profissional da clínica, em ação conjunta com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município.
- 4.3. No estabelecimento deverá dispor de alojamento, cama e banheiro para o/a paciente e ofertar pelo menos 4 refeições diárias.
- 4.4. A alimentação deve ser de boa qualidade.
- 4.5. O acompanhamento do paciente deverá ser realizado por equipe técnica multidisciplinar que elaborará e discutirá Projeto Terapêutico Singular para melhor condução do tratamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

4.6. Enviar mensalmente e/ou sempre que solicitado, relatórios de acompanhamento interno.

4.7. Permitir a visita de familiares, quando estes solicitarem.

4.8. Quando da alta do paciente, o estabelecimento deverá informar ao CAPS para que seja providenciado o retorno do paciente ao domicílio de origem.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das naturalmente decorrentes do termo de credenciamento, constitui obrigação do Município:

- a) Emitir os comunicados solicitando os serviços;
- b) Fazer o controle dos serviços prestados;
- c) Efetuar o pagamento no prazo estabelecido.
- d) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Referência.
- e) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CREDENCIADA;
- h) Notificar a CREDENCIADA/DETENTORA, por escrito, eventuais anormalidades de qualquer espécie, prestando os esclarecimentos necessários e determinando prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

CLÁUSULA SEXTA- DA FISCALIZAÇÃO

A Credenciante, através da servidora **Eliene Aparecida Rodrigues Alves**-Agente Comunitário de Saúde-Matrícula 1169-8, designada para tanto, procederá a fiscalização da execução dos serviços prestados pela credenciada, podendo tomar as medidas sancionatórias cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS PENALIDADES

A indisponibilidade de internamento de forma injustificada, por parte da credenciada acarretará na aplicação de multa, no importe de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total que a credenciada se propôs a prestar pelo prazo de um ano. Apurando o montante devido, a credenciada será instado a se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a aplicação da multa, assim o desejando.

Pela inexecução total ou parcial na prestação dos serviços, a credenciante poderá, garantida a prévia defesa e sem prejuízo do descredenciamento do infrator, aplicar-lhes as sanções previstas na Lei n 14.133/21 e suas alterações, em especial:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de credenciar-se com o Município de Bonfinópolis de Minas /Fundo Municipal de Saúde pelo prazo de 02 (dois) anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

c) Declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública.

A credenciada, ainda estará sujeita a indenizar por perdas e danos, que por sua culpa, na prestação dos serviços contratados, cause prejuízos aos pacientes ou seus acompanhantes de acordo com o Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Credenciamento poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14133/21:

I - mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias pelo interessado, sem ônus para as partes;

II - unilateralmente pela credenciante, em qualquer tempo, independentemente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a credenciada:

a) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste termo de credenciamento, ou deleguem a outros as incumbências as obrigações nele consignadas;

b) venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços;

c) quando pela reiteração de má qualidade dos serviços ficar evidenciada a incapacidade para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento;

d) venha a falir, liquidar-se, dissolver-se ou mudar-se para outra cidade;

e) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na lei 14.133/21 e alterações.

f) pela reiteração de indisponibilidade de internamentos na quantidade prevista no Termo de Referência. Havendo rescisão do termo de credenciamento, a credenciante pagará a credenciada, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro de Bonfinópolis de Minas/MG para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Bonfinópolis de Minas, XX de XX de 2024.

MANOEL DA COSTA LIMA

Prefeito Municipal

CREDENCIANTE

XX-CNPJ

XX-CPF

CREDENCIADA

TESTEMUNHAS